



ABORDAGEM DO BEM-ESTAR PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL WELFARE APPROACH TO GLOBAL DEVELOPMENT

Ivana Leila Carvalho Fernandes ⁽¹⁾
Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima ⁽²⁾
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar as contribuições teóricas da abordagem do bem-estar para o desenvolvimento global. Para tanto, investiga teorias que tratam do conceito de bem-estar e suas dimensões, em um processo histórico de mudanças relacionado às estratégias de desenvolvimento global. Esse contexto é desafiador para pesquisadores e gestores de políticas, pois as sociedades vivem processos contínuos de crises que incidem no bem-estar humano, não podendo ser adotado um princípio universal do bem-estar sem analisar as diferenças interpessoais. O enfoque nas percepções dos indivíduos sobre suas vidas, considerando aspectos diversos é imprescindível e se traduz no uso de indicadores de bem-estar como resposta ao desenvolvimento global.

Palavras-chave: Bem-estar; satisfações pessoais; desenvolvimento global.

ABSTRACT

The aim of the study was to analyze the theoretical contributions of the welfare approach for global development. For this purpose, it investigates theories on the concept of well-being and its dimensions, in a historical process of changes related to the strategies of global development. This context is challenging for researchers and policy makers because the societies face recent crisis that impact on human welfare, nor is it possible to generalize a universal welfare principle without analyzing interpersonal differences. The focus on individuals' perceptions of their lives, considering different aspects is essential and translates into the use of indicators of well-being as a response to global development.

Keywords: Well-being; personal satisfaction; global development.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o bem-estar humano tem suas origens no pensamento iluminista (séc. XVIII) que considerava ser o propósito da existência humana a vida em si, ao invés de servir ao rei ou a Deus como sugeriam as antigas sociedades. Assim sendo, o desenvolvimento pessoal e a felicidade eram o foco do bem-estar nessa época. Com o decorrer nos anos tal ideia foi alterada, de maneira que em meados do século XX agrupou questões gerais ligadas à qualidade de vida das pessoas, tais como: saúde, relações sociais, satisfação com o trabalho, liberdade

política e com a felicidade. Logo, as estratégias para a garantia do bem-estar passaram a focalizar o desenvolvimento de políticas diversas no sentido de melhorar as condições de vida humana diante das demandas da atual sociedade (GALINHA; PAIS-RIBEIRO, 2005; VEENHOVEN, 1996).

Nessa perspectiva, o debate sobre bem-estar tem sido pauta recorrente em reuniões governamentais, não governamentais, nacionais e internacionais, tendo em vista que é imprescindível para qualquer nação avaliar se o

bem-estar humano tem melhorado ao longo do tempo (MCGILLIVRAY; CLARKE, 2006).

A polarização desse debate tem ocorrido pelo fato de que o bem-estar humano tem sido utilizado como elemento central de análise para o desenvolvimento e por ter absorvido ao longo do tempo aspectos importantes relacionados às condições gerais de vida das pessoas. Também pela possibilidade de ser mensurado por meio de indicadores que contribuem para o processo de tomada de decisão de formuladores de políticas públicas (MCGILLIVRAY; CLARKE, 2006). Assim, por ser intrínseco ao contexto do desenvolvimento no mundo, o bem-estar é impactado pelas crises que assolam a humanidade, o que envolve questões econômicas, condições climáticas adversas, conflitos e instabilidade política (MCGREGOR et al., 2014).

Destaca-se que o termo foi utilizado em escritos pela primeira vez no ano de 1920 por Pigou, em um livro sobre economia e bem-estar, que tratou sobre o suporte governamental para pessoas de classes sociais menos favorecidas e o impacto sobre suas vidas e sobre o orçamento do Estado. Pigou (1920) chama a atenção para a complexidade no alcance do bem-estar, pois a vida é composta de satisfações e insatisfações e junto destas estão as cognições, emoções e desejos, o que leva a perceber que existe um bem-estar econômico e um não-econômico, onde o segundo pode ser modificado pelo primeiro (principalmente pela renda).

Após a estreia do termo, o mesmo permaneceu em esquecimento por décadas (WOOD-DAUPHINEE, 1999 apud KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007; PIGOU, 1920), sendo retratado no relatório da *Commission on National Goals* do Presidente Eisenhower, publicado nos anos 1960, que visava à promoção da qualidade de vida da população americana. No documento foram incluídos vários indicadores sociais e ambientais, tais como educação,

crescimento econômico, saúde e bem-estar (PAIS-RIBEIRO, 2009).

Ideias como estas influenciaram o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) no século XX, visando a criação de uma sociedade melhor, tendo como foco o combate aos males da ignorância, doença e pobreza. Consequentemente, o progresso foi medido pela alfabetização, controle de doenças epidêmicas e eliminação da fome. Nessa perspectiva, as estatísticas sociais foram desenvolvidas para registrar em que medida estava sendo alcançado o progresso nessas áreas. Avanços no combate a esses males sociais foram seguidos por esforços para criar estados de bem-estar que assegurassem uma vida boa para todos, no que se refere ao padrão de vida material (VEENHOVEN, 1996; GALINHA; PAIS-RIBEIRO, 2005).

Este raciocínio foi disseminado pelo mundo de modo que, na década de 1960, a maioria dos países possuía expressivo crescimento econômico. No entanto, a agenda política internacional discutia os limites do modelo de crescimento em curso, de maneira que surgiram novas reflexões sobre esta situação. Assim, a noção sobre Bem-Estar (BE) passou a agregar elementos fundamentais para a condição humana além do bem-estar material, sofrendo mudanças históricas na construção de seu significado. Nesse ínterim, o referido termo passou a ser pauta central de eventos internacionais que retratavam as condições de vida das populações do planeta, considerando questões multidimensionais do bem-estar humano. Com isso, o conceito acompanhou a dinâmica de transformações globais resultantes da relação entre humanidade e meio ambiente, bem como as implicações destas no desenvolvimento das nações.

É plausível que o bem-estar humano foi e continua sendo pauta de estudo em diversas áreas, sob diferentes enfoques, dada a sua contribuição

direta no tocante ao processo de formulação de políticas públicas (VEENHOVEN, 1996; MCGILLIVRAY; CLARKE, 2006). Evidências como estas contribuem para uma melhor compreensão da importância das análises sobre o bem-estar e fomentam questionamentos como: qual a contribuição do debate do bem-estar humano para o processo de desenvolvimento global? O que tem sido propagado sobre as teorias do bem-estar ao longo do tempo? E, quem são os interessados no tema?

Nesta perspectiva, o objetivo do presente estudo é analisar as contribuições teóricas da abordagem do bem-estar para o desenvolvimento global. Para tanto, discute o conceito do bem-estar e suas dimensões, considerando um processo histórico de mudanças relacionado às estratégias de desenvolvimento global, tendo como base as ideias de autores seminais comprometidos com o debate do bem-estar, como Say (1983) Vilfredo Pareto (1996), John Rawls (1997), Amartya Sen (1982, 2000), Prescott-Allen (2001) entre outros.

Assim sendo, vale apontar as principais contribuições do estudo, como sendo: fomenta o debate sobre o bem-estar e sua relação com o desenvolvimento global; desperta para a importância de se considerar subjetividades em avaliações de bem-estar e de estabelecer comparações entre situações diferentes de satisfações pessoais; além disso, chama atenção para o fato de o estudo sobre o bem-estar ser complexo e que por isso, deve se pensar que cada realidade apresenta características próprias; por último atesta a impossibilidade de um princípio universal do bem-estar.

Para tanto, está organizado em seis seções, sendo esta Introdução a primeira delas, a segunda trata sobre as teorias que priorizaram o aspecto econômico em suas abordagens, a terceira aborda sobre as concepções teóricas ampliadas para além da questão econômica, tendo também finalidades sociais. A quarta sessão realiza um

debate sobre construções teóricas multidimensionais do bem-estar, já a quinta, trata sobre as incitações de entidades internacionais sobre o desenvolvimento, tendo o B.E como expressão deste, e a última traz as conclusões do estudo.

TEORIAS COM FOCO NA PRIORIDADE ECONÔMICA

Os estudos sobre o bem-estar surgiram ancorados no campo da Economia nos séculos XIX e XX, onde as principais correntes de pensamento foram a lógica Utilitarista, Critério Ótimo de Pareto e a ideia da Teoria da Justiça de John Rawls (NEUBERGER; MARIN, 2014; SANTOS et al., 2013).

A abordagem Utilitarista Clássica foi defendida por diversos autores, entre eles Senior (1830), Bentham (1974), Say (1983), Malthus (1996), Stuart Mill (1996) compreendidos como estudiosos que se destacaram na defesa dessa ideia. A lógica utilitarista sofreu influência das ideias de Adam Smith a partir da obra *A Riqueza das Nações* escrita no século XVIII, na qual o autor defendeu que a harmonia e maximização do bem-estar eram resultantes da ação individualista e da propensão para a troca.

Assim sendo, para os utilitaristas o bem-estar dos indivíduos é obtido quando cada um, individualmente, maximiza a própria utilidade, e o bem-estar social é resultante da maximização da soma das utilidades individuais (NEUBERGER; MARIN, 2014; MOURA JUNIOR; SCARANO, 2007). A utilidade, segundo Say (1983), está relacionada ao valor que os homens atribuem as coisas em virtude de seu uso, assim, o que não serve ou não apresenta utilidade não tem valor algum. Nessa lógica, a utilidade para o autor corresponde a “coisas” que podem satisfazer diferentes necessidades humanas, como alimentos, vestuários, produtos de beleza.

Destaca-se, que a concepção utilitarista considera as satisfações individuais sem estabelecer comparações entre as pessoas (SEN, 2000). Como exemplo prático desta ideia, pode-se pensar na escolha das pessoas por doces, para alcance de suas satisfações pessoais, sem considerar o sentido da utilidade desta escolha para a saúde. Como a teoria não permite comparações interpessoais, não seria possível a partir do exemplo citado, analisar as consequências desta escolha na sociedade.

Nesse sentido, a abordagem utilitarista recebeu diversas críticas, principalmente por não estabelecer comparações interpessoais, nem admitir análises entre escolha e utilidade no alcance do bem-estar, pois estudiosos do assunto defenderam que toda a escolha deve ser julgada em conformidade com a respectiva utilidade que ela gera (BONFIM, 2012; SEN, 2000).

Desse modo, Vilfredo Pareto (1996) discordou da teoria da utilidade, pois para ele o termo utilidade trazia consigo o peso do seu significado, de maneira que algo somente teria utilidade se de fato fosse útil ao indivíduo. Para este autor, consumidores, produtores, Estado e sociedade eram entidades semelhantes, já que todos buscavam satisfazer da melhor forma possível seus próprios interesses, dado os meios disponíveis. Assim, Pareto propôs a ideia do Critério Ótimo de Pareto, onde a situação ótima de bem-estar é atingida se e somente se, não for possível aumentar a satisfação de um indivíduo sem reduzir a satisfação de outro.

Em Pareto, também não se estabelecem comparações entre indivíduos, pois, as utilidades são tratadas em nível individual, nesse caso não são levados em consideração os níveis de utilidades entre as pessoas (GIACOMELLI; MARIN; FEISTEL, 2017; NEUBERGER; MARIN, 2014; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Pareto (1996) não concordava com comparações interpessoais do bem-estar, pois para ele isso

corresponderia a abuso lógico, principalmente quando envolve diferentes sensações e sentimentos.

Para melhor compreensão da teoria de Pareto, pode-se pensar em uma situação de implantação de dado empreendimento comercial em uma área onde ricos e pobres podem circular, entende-se aqui que há uma melhoria de acesso ao consumo para as duas classes, sem prejuízos para ambas, não devendo ser comparado o nível de acesso às utilidades e satisfações individuais. Desse modo, com base nessa lógica, alcança-se um ótimo de Pareto quando a situação de nenhum indivíduo pode ser melhorada, sem piorar a situação de outro indivíduo (GIACOMELLI; MARIN; FEISTEL, 2017; NEUBERGER; MARIN, 2014; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Em vista disso, a teoria de Pareto sofreu críticas semelhantes às da teoria utilitarista, tanto por não permitir comparações entre indivíduos, como pelas dificuldades apontadas pelos estudiosos no alcance de um ponto de equilíbrio (econômico e social) em sociedade, entendido por Pareto como situação “ótima” (NEUBERG; MARIN, 2014; SOUSA, 2011).

Por outro lado, Jonh Rawls (1997), a partir de uma concepção de justiça social, propôs a Teoria da Justiça como superação do utilitarismo, cuja ideia do bem-estar se baseia em uma concepção geral de justiça com foco na equidade entre as pessoas, já que para ele o utilitarismo não seria capaz de explicar as liberdades e direitos básicos dos cidadãos enquanto pessoas livres e iguais. Para o autor, o aspecto relevante do bem-estar pode ser medido por um índice de bens primários sociais, que englobam direitos, liberdades, oportunidades, renda, riqueza, e as bases sociais do auto respeito. O índice deve ser capaz de proporcionar a equidade entre as pessoas (SANTOS et al., 2013).

Para Rawls (1997) os princípios de justiça são definidos sob o véu da ignorância, de maneira

que as partes envolvidas não conhecem seu lugar na sociedade, sua classe social ou status social, o que garante que não haja pessoas favorecidas ou desfavorecidas diante de escolhas na sociedade, pois todos estão em situação semelhante, sem designar princípios para satisfazer sua condição particular. Assim, os princípios da justiça são o resultado de um consenso ou ajuste equitativo.

Nesse contexto, a teoria de Rawls é considerada como uma das mais influentes contribuições à Teoria da Justiça nos dias atuais, apesar dos questionamentos à centralidade na concepção de bem individual, compreendida como principal limitação desta ideia (DIAS, 2014).

TEORIAS COM ABORDAGENS AMPLIADAS A PROPÓSITOS SOCIAIS

Paralelo aos estudos citados anteriormente, o bem-estar foi também analisado por pesquisadores que buscaram outras visões em relação ao tema, desta vez na tentativa de incluir a dimensão social em suas investigações.

Bergson (1938), por exemplo, a partir da análise das teorias anteriores sugeriu a ideia de Bem-Estar Máximo com a intenção de criar uma função de bem-estar arbitrária, no sentido de se chegar ao bem-estar máximo. De modo que, a função de bem-estar dependeria de juízo de valor, pois um bem-estar máximo decorre do pensamento político mandatário, qual seja ditador, democrata ou comunista. Desta maneira, um aumento no nível de satisfação a partir das escolhas individuais de uma comunidade indica um aumento em seu bem-estar. Bergson também não propôs comparações interpessoais de utilidade (BELTRAME; MATTOS, 2017; SOUSA, 2011).

Em ótica diferente, Hicks (1939) e Kaldor (1939) desenvolveram abordagens teóricas intencionando um melhoramento da teoria de Pareto a partir do Critério da Compensação; a ideia ficou conhecida como critério de Kaldor-

Hicks. A proposta tinha como eixo norteador pagamentos compensatórios entre os ganhadores e perdedores no âmbito de um sistema econômico. Na prática, pode-se pensar em uma situação onde um empreendimento qualquer deva ser implantado em uma área onde residam pessoas que devam sair do local para a implantação do projeto. Caso estas recebam recompensas para saírem da área onde residem, isto será o suficiente para garantir a satisfação de todas elas.

Portanto, o critério de Kaldor-Hicks difere de Pareto ao admitir a existência de uma mudança social eficiente mesmo quando o aumento do bem-estar de uma parte resulta na redução do bem-estar de outra, desde que a parte cujo bem-estar sofreu redução possa ser compensada para manter o seu nível de satisfação (NIED, 2012).

Samuelson (1997) influenciado pelas ideias de Bergson criou a teoria da Função do Bem-Estar Social, de maneira que Bergson (1939) foi o primeiro estudioso a desenvolver explicitamente a noção de uma função ordinal de bem-estar social, abrangendo a grosso modo as questões relacionadas sobre produção e troca, sem formular suposições com relação à comparação da utilidade entre as pessoas.

A ideia de Samuelson ficou conhecida como teoria de Bergson-Samuelson, a qual relaciona a função do bem-estar social à função das preferências individuais sem estabelecer comparações interpessoais, tendo como norte a regra de Pareto. A ideia era chegar a uma função de bem-estar social a partir das decisões individuais, no entanto, apesar de se manter o conceito de utilidade como principal argumento dessa função a utilidade passou a estar associada apenas a escolhas individuais e não mais a intensidades cardinais relativas a estados mentais individuais (BELTRAME; MATTOS, 2017). Esse modelo representa um exercício de transposição da chamada escala de preferências individual para uma escala de preferências social, podendo ser,

esta última, compreendida como a soma de preferências individuais (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

Em ampliação da ideia anterior, Arrow (1984) apresentou a teoria da Escolha Social, sendo as escolhas sociais compreendidas como a origem do valor social. Tais escolhas deveriam atender critérios de eficiência e democracia, partindo de quatro condições para serem atendidas: as escolhas sociais devem ser transitivas; as mudanças sociais não devem responder em uma direção oposta às mudanças na escolha individual; as escolhas sociais não devem ser ditatoriais; a preferência social entre duas alternativas deve desprender unicamente das opiniões das pessoas relativas às duas alternativas e não de suas opiniões a respeito de outras alternativas (SOUSA, 2011).

Esta teoria chegou ao resultado da impossibilidade, ou seja, Arrow constatou a impossibilidade lógica da existência de uma função de bem-estar social que atendesse ao mesmo tempo as quatro condições apontadas para o alcance do bem-estar (BELTRAME; MATTOS, 2017). Além disso, conforme Sousa (2011), a teoria de Arrow não pode ser considerada como ideia democrática, visto que a consistência das escolhas sociais não é compatível com os princípios democráticos.

Como nova proposta, Amartya Sen apresenta na década de 1980 o Enfoque das Capacidades, onde a liberdade é entendida como capacidade. Então, Sen escolheu o termo capacidades para representar as diferentes combinações alternativas do que uma pessoa pode fazer ou ser, como a capacidade de se mover, a capacidade de atender a certas necessidades como se alimentar, a capacidade de ter meios de se vestir e ter acomodações, ou a capacidade de participar da vida social da sua comunidade. Sendo assim, as capacidades podem ser usadas para avaliar vários aspectos do bem-estar individual, de grupos e da

sociedade, como desigualdade, pobreza, falta de desenvolvimento, qualidade de vida. Também pode ser usado como uma ferramenta para projetar e avaliar políticas públicas de organizações governamentais ou não-governamentais. Além disso, Sen assegura que as liberdades individuais estão diretamente relacionadas com a questão do bem-estar social (SEN, 1982).

Nesse sentido, Sen chama atenção para a necessidade não só de direitos formais, mas também da livre iniciativa econômica, o direito a voto, considerando a real possibilidade de exercer essas e outras liberdades, estando bem alimentado, bem vestido e livre de doenças (COUGO, 2016; ANGARITA, 2014).

Amartya Sen não enfatiza em seus estudos o grau de satisfação das pessoas ou a quantidade de recursos que elas têm para carregar um tipo de vida ou outro, e sim o que essas pessoas são capazes de realmente “fazer e ser”. Para Sen, esta é uma questão fundamental para o bem-estar porque estabelece diferenças relevantes nas diferentes exigências que devem ser feitas no âmbito das instituições da sociedade para melhorar a qualidade de vida de seus membros (ANGARITA, 2014).

No tocante ao termo qualidade de vida, destaca-se que este vem sendo associado ao bem-estar desde a década de 1940 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de modo que a OMS integrou a noção de saúde ao sentido do bem-estar global nos termos de bem-estar físico, mental e social em oposição à antiga definição de saúde como sendo ausência de doenças (MAGGI, 2006, p.62). A ideia foi reforçada na Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, realizada em Ottawa no Canadá em 1986, expressa em Carta elaborada e apresentada a sociedade, como resultado da Conferência:

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade

para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (CARTA DE OTTAWA, 1986, p.1).

Nesse sentido, a qualidade de vida vem sendo abordada por autores de diferentes áreas do conhecimento, na maioria das vezes como sinônimo de saúde, em outros casos é tratada como um conceito mais abrangente, sendo sempre as condições de saúde um ponto fundamental a ser levado em consideração (FLECK et al., 1999).

Diante do exposto, o Quadro 1 sintetiza as principais ideias criadas no contexto das dimensões econômicas e sociais, destacando críticas e contribuições ao desenvolvimento global.

Dimensão	Ideia	Autor (es)	Críticas	Contribuições ao D.G
Econômica	Utilitarismo	Senior/1830, Bentham/1974/ Say/1983/Malthus/1996/Stuart Mill/1996	Limita o B.E na utilidade material e individual do ser humano relacionando a felicidade, sem considerar se a distribuição desta é justa ou injusta entre as pessoas. Não possibilitava comparações interpessoais de utilidade ¹	Chama atenção para o entendimento da satisfação de necessidades individuais, bem como para a relação entre escolha e utilidade
	Ótimo de Pareto	Vilfredo Pareto/1996	Excluía questões distributivas, onde ocorrem conflitos de interesse ou de preferências. Não esclarece o ponto ótimo, nem como se dá a situação de “melhora ou piora”; não se preocupa com nenhuma forma de justiça social ²	Importante, para o debate sobre o equilíbrio entre a produção e distribuição de bens nas diferentes sociedades, porém complexa para o alcance do ótimo, pois é necessário atingir um ponto “ótimo” de equilíbrio
	Teoria da Justiça	Jonh Rawls/1997	Visão centrada no individualismo e na “justiça como equidade”, tendo a justiça como instituição provedora do bem-estar ³	Desperta para a percepção da relação dos indivíduos entre si a respeito das questões que envolvem as causas da justiça
Social	Bem-Estar Máximo	Bergson/1938	Balizado nas satisfações e escolhas individuais ⁴	Chama atenção para as diferenças nas escolhas tomadas em sociedade, bem como nos resultados entre decisões individuais e decisões coletivas
	Critério da Compensação	Hicks e Kaldor /1939	A compensação social nem sempre é justa, e por vezes acaba por gerar ou agravar perdas sociais ⁵	Auxilia na avaliação de políticas jurídicas
	Função do Bem-Estar Social/ <i>Bergson-Samuelson</i>	Samuelson/1947	Centrado na utilidade e nas decisões individuais ⁶	Contribui para a percepção das preferências individuais, no entanto não estabelece comparações
	Escolha Social	Arrow/1984	Centrada na agregação de interesses e satisfações individuais, Incompatível com princípios democráticos ⁷	Favorece reflexões sobre as decisões sociais, principalmente sobre a questão dos indivíduos terem preferências diferentes quanto ao uso dos recursos disponíveis
	Enfoque de Capacidades	Amartya Sen/1982	Centrada em uma visão individualista, não esclarece diferenças entre liberdades “desejáveis e indesejáveis” ⁸	Permite reflexões entre as diferenças sociais e as liberdades individuais, valoriza as questões subjetivas como fundamentais ao bem-estar
	Qualidade de Vida	OMS, autores diversos	Utilização do termo como sendo sinônimo de saúde ⁹	Contribui para uma reflexão holística da vida

Quadro 1 – Principais questões tratadas nas teorias do B.E a partir de abordagens balizadas em dimensões econômicas e sociais e suas contribuições ao Desenvolvimento Global (D.G)

Fonte: Elaboração própria, a partir das ideias dos autores descritos em nota no final do texto

Observa-se a partir do Quadro 1 que as principais teorias balizadas pelas dimensões econômicas e sociais buscaram explicar o bem-estar através do foco analítico nas satisfações individuais, principalmente pelo acesso econômico, assim como afirmou Pigou (1920). Além disso, é possível perceber que a trajetória histórica dos estudos sobre o assunto já não trata mais de uma visão centrada no pensamento econômico, pois agrega preocupações que envolvem questões de justiça, direitos, escolhas sociais e liberdades individuais, como notado no pensamento dos autores que buscaram uma teoria social na interpretação do B.E. Há que se considerar que a inclusão dessas questões necessariamente não assegura por total o bem-estar dos indivíduos, e por vezes gera dúvidas sobre seus propósitos, bem como possibilidades de injustiças sociais, tanto nas teorias que priorizam as escolhas pessoais como as balizadas na compensação. No caso das escolhas pessoais, fica interpelado que cada pessoa tem um modo de pensar e de agir, de maneira que possui necessidades diferentes, portanto buscará também satisfações diferentes, daí a incongruência destas teorias, pois não admitem comparações entre indivíduos. No que se refere a ideia da compensação, também não é garantido a satisfação de todas as pessoas porque receberam pagamento em dada situação onde “uns ganham e outros perdem” conforme Kaldor-Hicks. Ademais, acrescenta-se que o debate construído em torno das liberdades individuais defendido por Amartya Sen é fundamental para o bem-

estar, bem como para o desenvolvimento. Cabe, conforme os críticos, discutir em profundidade se estas são desejáveis pelas pessoas e se de fato satisfazem as suas necessidades (MIGOYA, 2008). Assim, fica claro a partir da análise das teorias do bem-estar, que este agrega em sua composição expressões significativas do desenvolvimento global, pois é representado pela soma entre riqueza, felicidade, justiça, saúde entre outros.

Acrescenta-se que além das abordagens citadas no Quadro 1, outros percursos surgiram na busca pela ampliação do conceito de bem-estar, partindo da premissa do bem monetário para a do bem-estar na vida como um todo. Por exemplo, a aproximação com o termo qualidade de vida gerou novas compreensões do termo, como a distinção entre Bem-Estar Material e Bem-Estar Global. O Bem-Estar Material corresponde a avaliação realizada pelo indivíduo no que diz respeito ao seu rendimento, ou seja, à contribuição dos bens e serviços que o dinheiro pode comprar para o seu bem-estar, enquanto o Bem-Estar Global está associado à valorização de outras dimensões da vida, como saúde, as relações sociais, satisfação com o trabalho, liberdade política, felicidade entre outros (GALINHA; PAIS-RIBEIRO, 2005).

Nesse ritmo, na década de 1960 surgiu o termo Bem-Estar Subjetivo, atribuído à vertente emocional. Este se afirma como uma proposta que visa basicamente considerar a avaliação que as pessoas fazem das suas vidas, tendo como referência as suas experiências

emocionais, positivas e negativas, considerando valores, necessidades, expectativas e crenças pessoais (FERREIRA NOVO, 2005). Importa principalmente a “satisfação com a vida” e “felicidade”, pois a satisfação com a vida é o grau em que uma pessoa avalia positivamente a qualidade geral da sua vida como um todo. Em outras palavras, o quanto a pessoa gosta da vida que leva (VEENHOVEN, 1996).

Já o Bem-Estar Psicológico, termo que surgiu no final dos anos de 1980, propõe traduzir o resultado de um desenvolvimento e funcionamento positivo a partir de dimensões que abrangem a área de percepção pessoal e interpessoal (Aceitação de Si, Relações Positivas com os Outros, Domínio do Meio, Crescimento Pessoal, Objetivos na Vida e Autonomia). Abrangendo também a apreciação do passado, o envolvimento no presente e a mobilização para o futuro, assumindo um carácter amplo e representativo do funcionamento psicológico positivo ao nível privado (FERREIRA NOVO, 2005).

Diferente dos anteriores, o modelo de Bem-Estar Social suscitado na década de 1990, propõe a caracterização da relação do indivíduo com o domínio público e social, de modo que descreve uma sociedade no seu conjunto, compreendendo a abundância de dinheiro e o acesso aos bens e serviços, incluindo o grau de liberdade, de prazer, de inovação e de saúde ambiental (FERREIRA NOVO, 2005; MAGGI, 2006).

Para McGregor e Sumner (2010) é fundamental uma abordagem combinada, a conceitualização do bem-estar, o que pode ser compreendido

através de uma Abordagem 3D, onde o bem-estar humano apenas surge efetivamente quando as necessidades são atendidas; quando pessoas são capazes de agir efetivamente na busca de metas baseadas em seus próprios valores e quando elas vivenciam uma qualidade de vida satisfatória. Esta conceitualização identifica três dimensões importantes para qualquer avaliação de bem-estar: as circunstâncias materiais das pessoas; as circunstâncias relacionais; e suas avaliações subjetivas em relação à qualidade de vida que tem. Esta forma de conceber o bem-estar humano, contrapõe a ideia utilitarista que se fundamenta na utilidade material e individual do ser-humano.

Assim, a concepção social de bem-estar concebe o bem-estar humano de maneira relacional: como um estado de ser que é vivenciado por seres humanos através de seus relacionamentos sociais e culturais com outros. Portanto, além de considerar condições subjetivas de experiências pessoais, a terceira dimensão envolve o foco nas relações que permitem ou restringem pessoas de alcançarem seus objetivos, ou o que é materialmente almejado, ou em qualidade de vida, ou ambos (MCGREGOR et al., 2014).

Nesse contexto, observa-se que as concepções sobre o bem-estar podem gerar múltiplas dimensões capazes de capturar aspectos importantes dos domínios da vida das pessoas, podendo ser expressados em medidas do bem-estar humano, como demonstra a parte quatro.

CONSTRUÇÕES TEÓRICAS MULTIDIMENSIONAIS

A abrangência multidimensional do sentido do bem-estar articula diferentes concepções na construção do seu significado, favorecendo a geração de medidas que expressam dimensões da vida, tais como ser, ter, sentir e aspirações que as pessoas possuem (MCGREGOR et al., 2014).

A primeira medida que buscou expressar a situação de vida das pessoas corresponde ao conceito do PIB (Produto Interno Bruto) ou PNB (Produto Nacional Bruto). O termo foi apresentado por Simon Kuznets na década de 1930, pelo Departamento do Comércio Americano, com a intenção de demonstrar a primeira mensuração da renda nacional. O PIB permite medir o fluxo de riqueza, realizar comparações sobre o aspecto econômico no tempo para o mesmo país e entre diversos países, ou seja, saber quem produz mais e quem tem maior fluxo de riqueza, o que possibilita análises e estratégias com relação a desemprego e renda (BONFIM, 2012).

Todavia, Kuznets (1933) advertiu que apesar da sua relevância o PIB não representava uma medida propriamente adequada para a mensuração do bem-estar, pois uma medida de bem-estar deveria ter como base sentimentos subjetivos, cuja comensurabilidade para vários indivíduos deveria ser questionada e cuja relação com a medida da produção de bens e serviços finais não seria, no presente estado da arte, determinada com a necessária precisão (CYSNE, 2010).

Assim, o PIB como medida de bem-estar recebeu severas críticas de pesquisadores e instituições internacionais, como Nordhaus e Tobin (1972), do Net National Welfare Committee (1973) no Japão, e de Zolotas (1981), que através de suas investigações chegaram à conclusão de que o PIB poderia servir como uma medida de bem-estar apenas em constelações econômicas específicas, mas não em geral (HELD et al., 2018). Cysne (2010) acrescenta que as críticas atravessaram o século, já que o PIB não inclui aspectos fundamentais ao bem-estar de uma nação, tais como a convivência pacífica com os demais povos; o valor e a qualidade do lazer; a segurança pessoal e a convivência pacífica interna; a saúde da população, a integridade do patrimônio natural (rios, lagos, florestas etc.).

Tomando as deficiências do PIB na mensuração de bem-estar, outros índices tentam capturar as conseqüências das atividades econômicas sobre o bem-estar em uma forma mais abrangente, especialmente no que diz respeito aos aspectos sociais e ambientais. É o caso, por exemplo, do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) criado em Butão por Jigme Singya Wangchuck no ano de 1972; teve reconhecimento de diversos países, por considerar que o indivíduo tem necessidades materiais, espirituais e emocionais, e que o Desenvolvimento devia ser entendido como um processo que busca maximizar a Felicidade em vez do crescimento econômico (BUTHAN, 1999).

Já o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (*Index of Sustainable Economic Welfare - ISEW*),

apresentado pela primeira vez em Daly e Cobb (1989) mede o desempenho econômico de uma nação a partir de vinte indicadores, agregando medidas convencionais - como o crescimento dos investimentos de capital - com elementos sociais e ambientais - como, por exemplo, a distribuição da renda; o trabalho doméstico; a poluição do ar e da água; a degradação do solo agrícola, e a perda de recursos naturais. Ou seja, inclui as questões econômicas distributivas e uma série de variáveis ambientais e sociais que possuem um peso importante para o bem-estar (HELD et al., 2018). Diversos países adotaram o ISEW com o objetivo de construir um índice de bem-estar social com uma proposta metodológica mais consistente do que o PIB e também porque permite comparações entre países através de um método homogêneo (FOLHES; VIANA; MAYORGA MERA, 2010). Este índice passou a uma nova versão desenvolvida por Cobb e Cobb (1994) conhecida por Índice de Genuíno Progresso (IGP) (HELD et al.; 2018).

Dentre os índices que buscaram por percepções mais abrangentes do bem-estar, houve destaque para a criação do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), gerado pela ONU a partir das ideias de Amartya Sen, já citado. O índice foi criado na década de 1990, por Mahbub ul Haq, com o propósito de medir os níveis relativos de desenvolvimento de todos os países do mundo, nos objetivos de desenvolvimento, e não nos meios para alcançá-lo. Esses propósitos estão ligados ao fortalecimento de certas capacidades relacionadas com uma série de coisas que uma pessoa pode ser e fazer em sua vida.

Para tanto, o IDH incorpora em suas análises dimensões como educação, longevidade e renda (CEJUDO CORDOBA, 2007; GRIMARÃES; JANUZZI, 2005).

O IDH tem permitido a construção de modelos visuais que facilitam a comparação dos níveis de desenvolvimento humano entre países e a consequente elaboração do ranking mundial de desenvolvimento humano. Apesar das vantagens do índice, identificam-se críticas sobre a definição de três dimensões para avaliar o desenvolvimento humano, desconsiderando questões específicas de cada local, como particularidades regionais, hábitos de consumos e satisfações pessoais (GUIMARÃES, JANUZZI, 2005; CARDOSO, 1998).

Outra proposta, na linha de ampliação das abordagens do bem-estar, corresponde à ideia do “Triângulo de Daly” idealizado por um grupo de cientistas em Workshop realizado na Holanda em 1996, aperfeiçoado e demonstrado posteriormente como o modelo da “Pirâmide de Meadows”. A proposta se fundamenta na interligação entre bem-estar, economia e recursos naturais, com propósito de organizar indicadores que apontem para a saúde da natureza e para o bem-estar humano. É exposta a partir da apresentação do desenho de uma pirâmide onde as partes são compostas por diferentes dimensões da realidade da vida humana (MEADOWS, 1998). A base da pirâmide é representada pelo que Daly chamou de “Meios Extremos” que constituem os fundamentos da vida humana e a da economia (o que envolve todos os

recursos naturais). A segunda parte da pirâmide é composta pelos “Meios Intermédiários”, o que inclui capital produzido, capital humano e material de produção (máquinas, ferramentas, fábricas). Outra parte agrega os “Fins intermediários” que envolvem objetivos prometidos pelo governo e que a economia espera atingir (saúde, riqueza, lazer, conhecimento, bens de consumo). No topo da pirâmide estão concentrados os objetivos finais que concentram intenções subjetivas diversas, que se pretende atingir na vida.

Também o pesquisador Prescott-Allen (2001) considerou diferentes dimensões na sua avaliação de bem-estar, já que para ele o bem-estar é uma condição na qual todos os membros da sociedade são capazes de satisfazer suas necessidades e tem uma grande variedade de opções e oportunidades para desenvolver e desempenhar seu potencial. Esta definição baseia-se na ideia de desenvolvimento humano promovida pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (*United Nations Development Programme*).

Prescott-Allen (2001) em conjunto com outros pesquisadores apresentaram um sistema de avaliação de Bem-Estar associado a questão da sustentabilidade ambiental, intitulado como Barômetro da Sustentabilidade. O objetivo principal é encontrar indicadores que expressem esta relação. Nessa perspectiva, a medida de bem-estar humano pode agregar cinco dimensões e dez elementos, estando estes distribuídos no âmbito de cada dimensão: 1. Saúde e População (saúde/população); 2. Riqueza (riqueza local/riqueza nacional); 3. Conhecimento

e Cultura (conhecimento/cultura); 4. Comunidade (liberdade e governo/paz e ordem); 5. Equidade (equidade local/equidade entre gêneros). Já a medida que investiga o ecossistema agrega cinco dimensões com seus respectivos elementos, sendo Terra (diversidade e qualidade das florestas, cultivo e outras áreas incluindo modificação, conversão e degradação), Água (Diversidade e qualidade das águas), Ar (qualidade do ar, condição da atmosfera global), Espécies (diversas espécies selvagens, populações e diversidade genética), Utilização de Recursos (Energia, produção de dejetos, reciclagem, pressão a agricultura, pesca e mineração). Para o autor, a relação humana e ambiental está imbricada, porém, deve ser analisada de modo distinto, e apesar dos desafios técnicos todos estes aspectos devem ser considerados para melhor compreensão da realidade investigada.

Acrescenta-se que alguns países foram protagonistas na criação de índices locais, de modo que obtiveram reconhecimento internacional. É o caso da Tailândia, Japão e dos países da América Latina inseridos nos programas do Buen Vivir, além do Reino Unido, Canadá e Austrália, que desenvolvem esforços de políticas sociais com foco no bem-estar de suas populações (MCGREGOR et al., 2014).

Além dos índices citados, outros foram propostos por pesquisadores diversos sem ter conteúdo necessariamente justificado ou baseado numa abordagem teórica explícita de bem-estar. Por exemplo, o índice de Qualidade de Vida Física desenvolvido

por Morris (1979) leva em conta a expectativa de vida, mortalidade infantil e alfabetização. O Índice de Qualidade de Vida de Dasgupta e Weale (1992) propõe o acréscimo de liberdades civis e direitos políticos ao IDH. O índice de Economia do Bem-Estar de Osberg e Sharpe (1998) é semelhante, embora também leve em consideração aspectos econômicos do bem-estar negligenciados pelo PIB per capita, como estoques de produção, distribuição de renda desigual e incertezas sobre rendimento futuro (BERENGER; VERDIER-CHOUCHANE, 2007).

Diante disso, o Quadro 2 destaca meios importantes criados para medir o bem-estar, entre os principais indicadores usados pela ONU e métodos de análise e avaliações desenvolvidos (as) por pesquisadores que apresentaram significativas contribuições nesse campo. O quadro foi construído com base nas ideias apresentadas no item quatro deste texto.

Indicador/Método	Idealizador (es)	Proposta inicial	Contexto atual
Produto Interno Bruto (PIB)	Simon Kuznets/1933	Mensurar a renda interna de um país ¹⁰	Permite medir o fluxo de riquezas de dadas regiões, bem como estabelecer comparações entre elas; Aumento do PIB <i>percapita</i> está relacionado ao aumento do bem-estar
Felicidade Bruta Interna (IFB)	Jigme Singya Wangchuck/1972	Mensurar o desenvolvimento a partir das necessidades, materiais, espirituais e emocionais com foco na felicidade das sociedades ¹¹	Análise da felicidade como expressão de bem-estar considerando dimensões diversas como sociais, materiais, ambientais e espirituais do tempo de forma equilibrada
Index of Sustainable Economic Welfare (ISEW)/ Índice de Genuíno Progresso (IGP)	Daly e Cobb/1989	Medir o desempenho econômico de um país, agregando elementos econômicos, sociais e ambientais ¹²	Permite medir o bem-estar de regiões a partir de diferentes dimensões, além de facilitar comparações entre elas
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Mahbud UI Haq/1990	Mede os níveis relativos de desenvolvimento de todos os países do mundo, nos objetivos de desenvolvimento ¹³	permite mensurar o nível de desenvolvimento de uma região ou de um país a partir de amplas dimensões incorporando questões como educação e longevidade; dificuldade em considerar questões específicas de cada local
Pirâmide de Meadows	Daly /1996	Propõe a criação de indicadores que apontem para a saúde da natureza e para o bem-estar humano ¹⁴	Análise geralmente utilizada em estudo de caso, usa de diferentes dimensões para a compreensão e criação de indicadores
Barômetro da Sustentabilidade	Prescott-Allen/2001	Propõe a criação de indicadores que melhor expressem a relação homem-natureza ¹⁵	Análise o bem-estar a partir da relação humano-natureza considerando as peculiaridades de cada dimensão, usada principalmente para estudo de caso

Quadro 2 - Medidas de bem-estar, idealizadores, proposta inicial e contexto atual:

Fonte: Elaboração própria, a partir das ideias dos autores descritos em nota no final do texto

As informações sintetizadas no Quadro 2 chamam a atenção para abordagens centradas na avaliação do desenvolvimento que podem demonstrar a situação de vida das pessoas de diferentes regiões ou lugares. Destaca-se que não se pretendeu exaurir todas as possibilidades geradas sobre o assunto, mas despertar para o fato de que a ideia do bem-estar de maneira transversal encontra-se implicitamente presente em todas as análises direcionadas ao desenvolvimento. Acrescenta-se que há nas considerações adotadas pelos indicadores e métodos citados um “leque” de ideias que por vezes atingem muitos domínios da vida, desfocando das análises das teorias clássicas do B.E que focavam a utilidade e satisfações pessoais, já comentado anteriormente.

Nessa lógica, verifica-se que houve uma constatação por parte dos estudiosos de que o princípio econômico não provoca por si só a melhoria do bem-estar e do desenvolvimento das nações. Por isso, há incessante busca por novas ideias e informações que sejam capazes de demonstrar da melhor maneira o bem-estar humano, que gere informações indispensáveis para um modelo de desenvolvimento comprometido com a vida das pessoas em diferentes situações no mundo.

Assim, considerar as dimensões dos domínios da vida das pessoas no processo de mensuração do bem-estar implica na construção de diversas medidas que podem favorecer a geração de ações políticas inovadoras no sentido de alcançar novos rumos para o desenvolvimento global. Dessa forma, deve-se ter em vista que os indicadores de bem-estar podem ser usados para avaliação de políticas em muitos domínios, incluindo cuidados de saúde, saúde pública, serviços públicos, parques e recreação, vida no trabalho, transporte,

famílias e meio ambiente (DIENER, 2005, p.1).

INCITAÇÕES DE ENTIDADES GLOBAIS TENDO O B.E COMO EXPRESSÃO DO DESENVOLVIMENTO

Diferentes instituições internacionais têm desempenhado esforços em discutir os desafios e oportunidades de ações governamentais e não-governamentais que possam garantir um modelo de desenvolvimento que priorize o bem-estar das populações do mundo.

A Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento em 1986, por exemplo, destaca a importância de reconhecer que desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente que almeja constantes melhorias no bem-estar da população inteira e de todos os indivíduos, baseado em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e justa distribuição de benefícios daí resultantes (ONU, 1986, p.4). Nesse contexto, as Agências Internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU), vêm elaborando conferências e outros eventos contando com vários especialistas para debater sobre o assunto de maneira global (VEENHOVEN,1996).

Assim, desde a década de 1960 a ONU promove discussões sobre o modelo de desenvolvimento vigente em encontros como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo na Suécia no ano de 1972, que apresentou o Ambiente Humano como objeto central de debate (MACHADO; SANTOS; SOUSA, 2006). Depois disso, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), através da construção do Relatório Brundtland em 1987, sugeriu o

conceito de Desenvolvimento Sustentável como um modelo capaz de garantir as necessidades das gerações atuais e das futuras gerações do planeta (ANDRADE, 2004). A ideia da sustentabilidade enquanto preocupação para um modelo ideal de desenvolvimento passou a balizar debates e ações que incluíssem a questão ambiental nos processos de mensuração do bem-estar.

No entanto, o marco da criação de indicadores como medidas de bem-estar, surge a partir da construção da Agenda 21, na Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Brasil, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Nesta, foram apresentadas propostas de ações para o Desenvolvimento Sustentável do planeta no século XXI, com aprofundamento de questões importantes para o debate da sustentabilidade, como produção e consumo, educação, saúde, distribuição de renda, agricultura, ética entre outros (DRUN; GARCIA, 2011).

Dentre as iniciativas de destaque a respeito do desenvolvimento, com foco no bem-estar humano, chamou atenção a criação da Comissão para Mensuração do Desenvolvimento Econômico e Progresso Social (CMPEPS), criada pelo então presidente francês Nicolas Sarkozy, em 2008, que resultou na elaboração do Relatório Sarkozy Commission, documento que contribuiu com intensas críticas ao paradigma vigente do desenvolvimento internacional. A comissão empreendeu esforços no sentido de promover uma reflexão sobre as fórmulas para medir o grau de desenvolvimento de um país que levem em conta justamente a qualidade vida dos cidadãos (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p.9).

O Relatório da Sarkozy Commission alerta para algumas recomendações importantes e estabelece uma distinção entre:

avaliação do bem-estar presente e avaliação de sua sustentabilidade, isto é, de sua capacidade para se manter no tempo. O bem-estar presente depende, ao mesmo tempo, dos recursos econômicos, como as rendas, e de características não econômicas da vida das pessoas: o que elas fazem e o que elas podem fazer, a apreciação delas sobre sua própria vida, seu meio ambiente natural. A sustentabilidade desses níveis de bem-estar depende da questão de saber se os estoques de capital importantes para nossa vida (capital natural, físico, humano, social) serão ou não transmitidos as gerações futuras (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2012, p. 15).

Em consonância com a atitude francesa, a Initiative Bellagio com sede na Itália reuniu mais de 30 países em 2011 com o apoio do Institute of Development Studies, The Resource Alliance e Rockefeller Foundation. Bellagio promoveu vários debates para estimular o pensamento inovador sobre como entidades filantrópicas ou de investimento social privado e organizações governamentais e multilaterais internacionais de desenvolvimento poderiam desenvolver um esforço para avançar em conjunto na promoção de um desenvolvimento que garanta o bem-estar humano no século XXI de maneira justa e sustentável. Mais de 30 países participaram desta iniciativa (MCGREGOR et al., 2014). Ademais, o processo da Bellagio tratou o bem-estar como um conceito universal que deve ser compreendido tomando diferentes formas específicas para pessoas diferentes em diversos contextos sociais e culturais. As atividades durante os eventos apontaram as

principais ameaças ao bem-estar humano como sendo: a nova distribuição da pobreza, escassez de recursos, mudança climática e sustentabilidade, colapso democrático, ascensão de valores materialistas, urbanização acelerada e crescentes níveis de mobilidade na busca de meios de vida e segurança.

Assim como a Sarkozy Commission, a Iniciative Bellagio, corroboram com a ideia de que é necessário a criação de medidas em desenvolvimento que sejam mais capazes de capturar o que é importante para as vidas das pessoas.

Nessa linha de debate, em prol de uma perspectiva de sustentabilidade para o planeta, intencionando um modelo de desenvolvimento que preze por esta intenção, foram criados pela ONU os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) no início do século XXI, durante a Cúpula do Milênio. Estes não são exatamente propostas de ações para o bem-estar, mas podem ser compreendidos como metas para seu alcance. Os ODM representam necessidades humanas que todos deveriam ver satisfeitas e direitos fundamentais de que todos deveriam poder gozar, como o direito de não viver na pobreza extrema e não ter fome; o direito a uma educação de qualidade; a um emprego digno e produtivo; a uma saúde boa e a abrigo; o direito das mulheres a darem à luz sem pôr em risco a sua vida, e um mundo em que a sustentabilidade ambiental seja uma prioridade e as mulheres e os homens vivam em condições de igualdade. Para o alcance dos ODM os dirigentes das diferentes nações se comprometeram em buscar estratégias locais, com vistas a mudanças previstas até o ano de 2015 (ONU, 2015).

Os ODM deixaram de abordar temas importantes para o desenvolvimento das nações, tais como paz, segurança e

desarmamento, direitos humanos, democracia e governança, bem como não foi apontado um objetivo específico para produção agrícola familiar, nem foi levado em consideração a sua importância para a sustentabilidade ambiental, e o combate à pobreza e a fome (CARVALHO; BARCELLOS, 2014).

No entanto, estes temas foram discutidos em momento de avaliação sobre os ODM e conseqüentemente absorvidos na construção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Assembleia Geral da ONU realizada em 2015. Os ODS instituem um conjunto de objetivos que as nações devem alcançar até o ano de 2030, tendo como horizonte a sustentabilidade do planeta, sendo: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes, parcerias e meios de implementação (ONU, 2015).

Nessa perspectiva, acrescentam-se também as contribuições de outras entidades que analisam com frequência através de seus relatórios o "Estado do Mundo". Por exemplo as duas séries de relatórios anuais, consideradas notáveis por suas análises de tendências e desafios globais, sendo: State of the World⁵⁸ e The World⁵⁹ produzidos, respectivamente, pelo Instituto Worldwatch e pela revista The Economist. Naturalmente, várias agências oficiais de desenvolvimento, incluindo o FMI, Banco Mundial, ONU e entidades componentes, a OCDE e a

Associação Internacional de Energia, também produzem regularmente relatórios que retratam o desenvolvimento global (MCGREGOR et al., 2014).

Diante disso, constata-se que estudiosos, pesquisadores e instituições diversas no mundo todo vêm ao longo do tempo desenvolvendo estudos e ações sobre o desenvolvimento com foco no bem-estar. Portanto, o aprofundamento nas dimensões do conceito pode incidir em significativas mudanças no comportamento dos governos e sociedade civil em relação às oportunidades e desafios para o alcance do bem-estar humano.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo analisar as contribuições teóricas da abordagem do bem-estar para o desenvolvimento global. Assim sendo, nota-se, a partir da apreciação histórica das teorias, que o bem-estar parte inicialmente de uma visão centrada na utilidade e satisfação individual, encarada como sendo situação igual para todas as pessoas em uma sociedade. Seguida pela a ampliação de abordagens teóricas atentas às dimensões do bem-estar inerentes aos interesses do desenvolvimento global. Trata-se de um cenário desafiador para pesquisadores do tema, pois as sociedades vivem processos contínuos de mudanças que incidem no bem-estar humano.

Nesse sentido, as abordagens sobre bem-estar se inserem na promoção de amplos debates sobre as questões inerentes ao contexto de desenvolvimento atual, de modo

que não conseguem adotar um princípio universal do bem-estar, ou seja, que se aplique a todas as pessoas sem analisar as diferenças interpessoais, temporais e locais. Portanto, o enfoque nas percepções e avaliações das pessoas sobre suas vidas, considerando aspectos diversos, é imprescindível para este tipo de abordagem, principalmente porque suscita informações de grande utilidade para os tomadores de decisão, o que se traduz no uso de indicadores e de medidas do bem-estar, como respostas práticas e benéficas para o desenvolvimento global.

Finalmente, importa dizer que o bem-estar comporta historicamente em seu significado características subjetivas importantes para as satisfações das pessoas na sociedade, e que as teorias e as práticas discutidas garantem decisões significativas ao cenário de políticas diversas no mundo. Desse modo, o objetivo maior e principal é alcançar o entendimento científico e efetivo de como ajudar as pessoas, famílias, comunidades e instituições gerais interessadas e promotoras do desenvolvimento a prosperarem e desenvolverem iniciativas favoráveis no sentido de atingir mais bem-estar no mundo.

Apesar das contribuições ao debate em torno da abordagem teórica no tocante à evolução do termo do bem-estar econômico, este estudo se concentrou em aspectos qualitativos, de modo que não foi interesse da autora aplicar na prática, contribuições técnicas com base no uso de indicadores do bem-estar. Com isso, fica aqui a sugestão para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. Inovação tecnológica e meio ambiente: a construção de novos enfoques. **Ambientes e Sociedades**, v.7, n.1, p.89-106, jan./jun. 2004.
- ANGARITA, M, J. U. La teoría de las capacidades en Amartya Sen. **Revista Edetania**, v. 46, n. 1, p.63-80, dez. 2014.
- AURELIANO, L; DRAIBE, S. M. A especificidade do “Welfare State” brasileiro. In: MPAS/CEPAL. **Economia e Desenvolvimento: reflexões sobre a natureza do bem-estar**. v.1, Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.
- BARKER, R.; VAN KOPPEN, B.; SHAH, T. **A global perspective on water scarcity and poverty: achievements and challenges for water resource management**. Colombo, Sri Lanka: International Water Management Institute, 2000.
- BERGSON, A. A Reformulation of Certain Aspects of Welfare Economics. Oxford, **Quarterly Journal of Economics**, v.52, n. 2, p. 310-334, fev. 1938.
- BELTRAME, B; MATTOS, L. V. As críticas de Amartya Sen à teoria da escolha social de Kenneth Arrow. **Revista Nova Economia**, v.27, n.1, p.65-88, 2017.
- BERENGER, V; VERDIER-CHOUCHANE, A. Multidimensional Measures of Well-Being: Standard of Living and Quality of Life Across Countries. **World Development**, v. 35, n. 7, p. 1259-1276, 2007.
- BOMFIM, M. P. M. Abordagem das Capacitações: um percurso histórico da felicidade nas Ciências Econômicas. In: IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 4., São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEAUSP, 2012.
- BRASIL. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- BUTHAN. **Bhutan 2020: A Vision for Peace, Prosperity and Happiness**. Buthan: Planning Commission, Royal Government of Bhutan, 1999.
- CARDOSO, A. L. Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas. **Revista Proposta**, v. 27, n.77, p. 42-53, jun./ago. 1998.
- CARTA DE OTTAWA. In: Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção da Saúde. Ottawa, Canadá, 1986. Disponível em<: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 05.dez.2019.
- CARVALHO, P. G. M; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 222-244, set./dez. 2014.
- CEJUDO CORDOBA, R. Capacidades y libertad una aproximación a la teoría de Amartya Sen. **Revista Internacional de Sociología**, v. 65, n. 47, p. 9-22, mayo/ago. 2007.
- CYSNE, R. P. PIB, Política e Bem-Estar. **Conjuntura Econômica**, v. 64, n. 12, p. 48-49, dez. 2010.
- COUGO, F. F. O enfoque das capacidades em Amartya Sen. **Enciclopédia Pelotas**, v. 5 p. 150-177, inverno. 2016.
- DIAS, J. C. **A crítica comunitária a teoria da justiça de John Rawls: o individualismo**. Revista Publica Direito, 2014. Disponível em<: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a91e54caf4ae7dcf>>. Acesso em: 10.dez.2019.
- DIENER, E. Guidelines for National Indicators of Subjective Well-Being and Ill-Being. **University of Illinois**, v 1, p. 1-7, dez. 2005.

- DRUN, K. C; GARCIA, H. M. Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Organizações. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Ambientais Aplicadas da EDUVALE**, v. 1, n. 1, p.59-68, nov. 2012.
- ESTEVES, J. As críticas ao utilitarismo por Rawls. **Revista Internacional de Filosofia da Moral**, v.1, n.1, p.81-96, jun. 2002.
- FLECK, M. P. A. *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100). **Revista de Saúde Pública**, v.33, n.2, p.198-205, 1999.
- FERREIRA NOVO, R. Bem-Estar e Psicologia: Conceitos e Propostas de Avaliação. **Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica**, v. 2, n. 20, p. 183-203, 2005.
- FOLHES, M. T; VIANA, M. O. L; MAYORGA MERA, R. D. Índice de Bem-estar Econômico Sustentável para o estado do Ceará. In: VEIGA, José Eli. (Org.). **Economia Socioambiental**. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2010.
- GALINDO, C. A. A Teoria da Justiça de John Rawls e a problemática argumentativa e principiológica entre a igualdade de oportunidades e a distribuição de riquezas. **Revista Eletrônica Intr@ciência**, v. 5, p. 1-9, 2012.
- GALINHA, I; PAIS-RIBEIRO, J. L. História e evolução do conceito de bem-estar subjetivo. **Psicologia, saúde & doenças**, v.6, n.2, p. 203-214, 2005.
- GIACOMELLI, G. S; MARIN, S. R; FEISTEL, P. R. Da economia tradicional do bem-estar à Abordagem das Capacitações e a importância da equidade em saúde para o desenvolvimento humano. **Revista Nova Economia**, v.27, n.1, p.89-115, 2017.
- GUIMARÃES, J, R. S; JANUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.7, n. 1, p. 73-90, maio, 2005.
- HELD, B *et al.* The National and Regional Welfare Index (NWI/RWI): Redefining Progress in Germany. **Ecological Economics**, v. 145, p. 391-400, 2018.
- HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, S. C *et al.* **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: Eduff, 2000.
- HICKS, J. R. Foundations of Welfare Economics. **Economic Journal**, Oxford, v.49, n. 196, p. 696-712, 1939.
- KALDOR, N. Welfare Propositions in Economics. **Economics Journal**, Oxford, v.49, n. 195, p. 549-552, 1939.
- KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: Lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, v. 15 n. 42, p.113-122, fev. 2000.
- KLUTHCOVSKY, A. C. G. C; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de vida – aspectos conceituais. **Revista Salus-Guarapuava**, v.1, n.1, p.13-15, jan./jun. 2007.
- KUZNETS, S. Nacional income. **Encyclopaedia of the Social Sciences**, v. 11, p. 205-224, 1933.
- MACHADO, C. B; SANTOS, S. E; SOUZA, T. C. A sustentabilidade Ambiental em Questão. In: SILVA, Christian Luiz da. **Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico, integrado e adaptativo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

- MAGGY, B. (2006). Bem-estar. **Laboreal**, v.2, n.1, p. 62-63. Disponível em<: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV65822337627679;762>>. Acesso em: 20.mar.2018.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MCGILLIVRAY, M; CLARKE, M. **Understanding human well-being**. New York: United Nations University Press. 2006.
- MCGREGOR, A *et al.* **Promovendo o bem-estar social em um contexto global desafiador - Relatório de síntese a iniciativa Bellagio: o futuro da filantropia e do desenvolvimento em busca do bem-estar humano**. São Paulo: IDIS, 2014.
- MCGREGOR, J. A; SUMNER, A. Beyond Business as Usual: What Might 3-D Wellbeing Contribute to MDG Momentum? **IDS Bulletin**, v. 41, n. 1, p. 104-112, jan. 2010.
- MEADOWS, D. **Indicators and Information Systems for Sustainable Development**. Hartland: The Sustainability Institute, 1998.
- MIGOYA, A. B. El debate sobre el enfoque the las capacidades: las capacidades coletivas. **Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, v. 10, n. 20. p. 35-63, 2008.
- MILL, J. S. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MOURA JR, A. A; SCARANO, P. R. Estado, Bem-Estar e Utilitarismo Clássico. **Economia-Ensaios**, v.21, n. 2, p. 37-58, jul. 2007.
- NEUBERGER, D; MARIN, S. R. Algumas Contribuições de Amartya Sen aos Conceitos de “Eficiência” e “Equidade”. In: IV Seminário de Ciências Sociais Aplicadas – Desenvolvimento Socioeconômico: Uma abordagem interdisciplinar. Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, p. 1-16, 2014.
- NIED, P. S. O conceito de eficiência econômica e a ruptura do contrato de sociedade. In: XXI Encontro Nacional do CONPEDI. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: CONPEDI, p. 4297-4314, 2012.
- ONU. **Novo relatório da ONU avalia implementação mundial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**. 2015. Disponível em<: <https://nacoesunidas.org/novo-relatorio-da-onu-avalia-implementacao-mundial-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm/>>. Acesso em: 05.jun.2017.
- ____. **Declaração sobre o direito ao Desenvolvimento**. 1986. Disponível em<: <www.unicap.br/catedradomhelder/docs/Normativa%20internacional%20DDHH.doc>. Acesso em: 20.set.2018.
- OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PAIS-RIBEIRO, J. L. **A importância da qualidade de vida para a Psicologia da saúde**. 2009. Disponível em<: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/17785/2/57643.pdf>>. Acesso em: 04. abr. 2018.
- PARETO, V. **Manual de Economia Política**. [Tradução de João Guilherme Vargas Netto]. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- PEREIRA, E. F; TEIXEIRA, C. S; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, v. 26, n. 2, p. 241-50, abr./jun. 2012.
- PIGOU, A.C. **The Economics of Welfare**. London: Macmillan, 1920.

- PRESCOTT-ALLEN, R. **The Welbeig of Nations**. Washington: Island Press, 2001.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Traduzido de The theory of justice. [Tradução: Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves]. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SAY, Jean-Baptist. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SAMUELSON, P. **Fundamentos da análise econômica**. 5. ed. Traduzido de Foundations of Economic Analysis [Tradução de Paulo de Almeida]. Nova Cultural: São Paulo, 1997.
- SANTOS, C. A. P *et al.* Bem-estar e pobreza: a abordagem de Sen em comparação à utilitarista e a dos bens primários. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, v. 9, n. 4, p. 61-76, out./dez. 2013.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. Letras, 2000.
- _____. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n. 28-29, p.313-334, abr. 1993.
- _____. **Choice, Welfare and Measurement**. Oxford: Blackwell, 1982.
- SENIOR, N. W. **Three Lectures on Wages and on the Effects of Absenteeism, Machinery and War, with a Preface on the Causes and Remedies of the Present Disturbances**. London: John Murray, 1830.
- SILVEIRA, D. C. Teoria da Justiça de John Rawls: entre o Liberalismo e o Comunitarismo. **Trans/Form/Ação**, v. 30, n.1, p. 169-190, 2007.
- STIGLITZ, J. E; SEN, A; FITOUSSI, J. A. **Relatório da Comissão sobre a Medida de Desempenho Econômico e Progresso Social**. Curitiba: SESI, 2012.
- SOUSA, L. G. Economia do Bem-Estar. **Revista acadêmica de economia**, v. 158, p.1-32, 2011.
- VEENHOVEN, R. The Study of Life Satisfaction. In: SARIS, W.E; VEENHOVEN, R; SCHERPENZEEL, A.C; BUNTING, B. **A Comparative Study of Satisfaction With Life in Europe**. 1996. Disponível em<: <https://personal.eur.nl/veenhoven/Pub1990s/96c-con.pdf>>. Acesso em: 05.dez.2019.

NOTAS

- (1) Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA. Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará/PRODEMA-UFC, Fortaleza-CE. ORCID 0000-0003-1114-2859.
- (2) Doutora em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo/USP. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Pós Doutorado na Universidade da Califórnia - Davis. Graduada em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Professora da Universidade Federal do Ceará/UFC, Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq na Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza-CE. ORCID 0000-0002-6622-3640.

Enviado: 28/01/2020

Aceito: 03/06/2020

¹ NEUBERGER; MARIN, 2014; BONFIM, 2012; MOURA JUNIOR; SCARANO, 2007; ESTEVES, 2002.

² BONFIM, 2012; NIED, 2012; SOUSA, 2011; PARETO, 1996.

³ DIAS, 2014; GALINDO, 2012; RAWLS, 1997.

⁴ BELTRAME, MATTOS, 2017; SOUSA, 2011.

⁵ NIED, 2012.

⁶ BELTRAME, MATTOS, 2017; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996.

⁷ ____; ____; SOUSA, 2011.

⁸ ANGARITA, 2014; SEN 1982.

⁹ PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012; FLECK *et al*, 1999).

¹⁰ BONFIM, 2012.

¹¹ BUTHAN, 1999.

¹² HELD *et al*, 2018; FOLHES; VIANA; MAYORGA MERA, 2010.

¹³ GUIMARÃES; JANUZZI, 2005.

¹⁴ MEADOWS, 1998.

¹⁵ PRESCOTT-ALLEN, 2001.